

ICMS Nacional - EFD (ICMS/IPI) **Novidades para 2023**



BRUNO VIANA



BRUNO.VIANAMACEDO



CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ

Introdução

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das Unidades da Federação (UF) e da Secretaria da Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e às prestações praticadas pelo contribuinte.

Para o ano de 2023, inicialmente os contribuintes observaram as regras instituídas pelo Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital, versão 3.1.2, contudo foi publicado o ato Cotepe ICMS nº 21/2023 para estabelecer que a partir de 1º.04.2023 deverão ser observadas as regras de escrituração e de validação do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS/IPI, versão 3.1.3.

Estrutura da EFD-ICMS/IPI para 2023

Bloco	Descrição
0	Abertura, identificação e referências
B	Escrituração e apuração do ISS
C	Documentos fiscais I - Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos fiscais II - Serviços (ICMS)
E	Apuração do ICMS e do IPI
G	Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (Ciap)
H	Inventário físico
K	Controle da produção e do estoque
1	Outras informações
9	Controle e encerramento do arquivo digital

Estrutura da EFD-ICMS/IPI para 2023

O arquivo digital será gerado na seguinte forma:

- Registro 0000 - Abertura do arquivo;
- Bloco 0 - Identificação e referências (registros de tabelas);
- Blocos B, C, D, E, G, H, K - Informações fiscais (registros de dados);
- Bloco 1 - Outras informações (registros de dados);
- Bloco 9 - Controle e encerramento do arquivo (registros de dados);
- Registro 9999 - Encerramento do arquivo.

Atualizações 2023

Tabela Situação de Documentos (Ajustes Sinief nºs 38/2021 e 39/2021.)

No Registro C100 da EFD (ICMS/IPI), o declarante deverá informar um dos códigos de situação de documentos fiscais, mas a partir de 1º.01.2023, não estarão mais disponíveis no leiaute da EFD (ICMS/IPI) os códigos:

- 4 (Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e ou Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e denegados);e
- 5 (NF-e, NFC-e ou CT-e numeração inutilizada), o que ratifica a dispensa da escrituração dos documentos fiscais eletrônicos denegados ou com numeração inutilizada.



Atualizações 2023

C170 Uso Consumo

Não será mais preciso enviar o 0220 para os documentos fiscais em que o C170 (registro do item da nota) se refere a uma mercadoria de uso e consumo.

Vale lembrar que o 0220 está ligado ao fator de conversão da unidade de medida. Um exemplo prático: caso a empresa compre uma mercadoria em uma determinada unidade de medida e venda em outra, será necessário informar o registro.

Bloco K

Atualizações 2023

Bloco K simplificado

O Bloco K é a substituição do Livro Registro de Controle de Produção e Estoque, que era escriturado manualmente. Agora, trata-se de uma versão digital mais robusta e completa, sem alterar as normas que já existiam anteriormente.

No SPED Fiscal 2023, teremos o Bloco K simplificado, que será uma nova forma de apresentação do Bloco K, exigindo menos registros do que a versão completa.

Atualizações 2023

Bloco K simplificado

Abaixo, as empresas que poderão utilizar da ferramenta (por opção):

- estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE;
- estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE;
- estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE;

Atualizações 2023

Bloco K simplificado

Abaixo, as empresas que poderão utilizar da ferramenta (por opção):

- estabelecimentos industriais classificados nas divisões 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 26, 28, 31 e 32 da CNAE;
- estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 19, 20, 21, 24 e 25 da CNAE.

Tributação monofásica de combustível

Atualizações 2023

Sistema monofásico

O ICMS monofásico sobre combustíveis, foi detalhado pela Lei Complementar nº 192/2022, para incidir em apenas uma etapa da cadeia, com aplicação de alíquota fixa sobre o volume comercializado.

O novo sistema de tributação para combustíveis acabou por impactar inclusive na EFD (ICMS/IPI), sendo necessário a publicação de nova versão do Guia Prático da EFD (ICMS/IPI) - versão 3.1.3.

Atualizações 2023

Sistema monofásico

Fase	Fundamento Legal	Produto	Início dos efeitos
Fase 1	Convênio ICMS nº <u>199/2022</u> - Alterado pelo Convênio ICMS nº <u>12/2023</u>	Diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural.	1º.05.2023
Fase 2	Convênio ICMS nº <u>15/2023</u>	Gasolina e etanol anidro combustível	1º.06.2023

Atualizações 2023

Foi disponibilizado no "Portal Nacional da EFD" a Nota Orientativa nº 1/2023, para instruir a escrituração de operações com ICMS monofásico, a partir dos novos Códigos de Situação Tributária criados pelo Ajuste Sinief nº 1/2023 e incorporados para emissão da NF-e e NFC-e pela NT 2023.001, nos seguintes termos:

02	Tributação monofásica própria sobre combustíveis
15	Tributação monofásica própria e com responsabilidade pela retenção sobre combustíveis
53	Tributação monofásica sobre combustíveis com recolhimento diferido
61	Tributação monofásica sobre combustíveis cobrada anteriormente



Registro 1601

Atualizações 2023

Desde 01.2022, o Registro 1601 substituiu o Registro 1600. Este novo registro exige um maior detalhamento dos valores recebidos, e incluiu as prestações de serviços tributadas pelo ISSQN, em que o prestador aceite como forma de pagamento cartões de crédito, débito, cartão de loja (private label), transferências de recursos, transações eletrônicas como o PIX, dentre outros sistemas de pagamentos eletrônicos.

o Registro 1601 deverá ser informado sempre que o recurso financeiro transitar por uma instituição financeira, instituição de pagamento ou intermediador online.

Atualizações 2023

Há 2 participantes no Registro 1601 que devem ser objeto de cadastramento no Registro 0150:

- a) instituição que efetuou o pagamento: instituição que recebe o pagamento do cliente e o repassa ao contribuinte informante da EFD (ICM/IPI) na operação de venda ou prestação de serviço.;
- b) intermediador da transação: o intermediador não é proprietário da mercadoria anunciada, e não realiza a prestação de serviço divulgada, porém, divulga-o em um canal (plataforma digital, anúncio com delivery por aplicativos, marketplace etc.) que substitui o contato direto do cliente com o vendedor/prestador.

Atualizações 2023

O contribuinte declarante da EFD (ICMS/IPI) deverá informar no Registro 1601 o valor total das operações de vendas e/ou prestação de serviços, recebidos pelo declarante do arquivo.

Do valor total informado devem ser excluídos os estornos, cancelamentos e outros recebimentos não vinculados à sua atividade operacional, como multas e juros pagos pelos clientes.

Atualizações 2023

Valores que não devem ser informados no Registro 1601

Como visto anteriormente, o Registro 1601 é obrigatório sempre que o recurso financeiro transitar por uma instituição financeira, instituição de pagamento ou intermediador online (marketplace). Portanto, não deve ser informado neste registro:

- a) as vendas no balcão da loja com pagamento em dinheiro, ou seja, se o pagamento foi realizado diretamente, do cliente para o contribuinte informante;
- b) trocas de mercadoria sem pagamentos complementares;



Atualizações 2023

Valores que não devem ser informados no Registro 1601

- c) vendas através de site na internet, em um marketplace ou através de aplicativo de delivery, com pagamento feito direto ao contribuinte em dinheiro;
- d) troca de produto vendido com pagamento de complemento no preço em dinheiro.

(Pergunta e Respostas no Portal Nacional da EFD (ICMS/IPI); <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/5995>)

Atualizações 2023

Regime de caixa ou competência?

A EFD é uma declaração que utiliza o regime de competência, mas seu registro 1601 tem caráter financeiro referindo-se as operações de pagamentos. Operações de pagamento garantidas (cartão de crédito) informa pela competência e as demais pelo regime de caixa.

As operações do Registro 1601 devem ser informadas pelo regime de competência sob a ótica da transação financeira ocorrida entre o estabelecimento (contribuinte) e o cliente (comprador/tomador), independente do momento do repasse dos valores da Instituição de Pagamento / Intermediador.

Atualizações 2023

Regime de caixa ou competência?

- Cartão de Crédito - na data da autorização/aprovação do pagamento pela operadora do cartão. Caso a transação seja parcelada, deve-se informar o valor total da transação de pagamento, desconsiderando as parcelas;
- Cartão de Débito - na data da autorização/aprovação do pagamento pela operadora do cartão;
- Pix - na data da transferência;
- TED/DOC - na data da transferência;
- Boletto - na data da emissão/geração;
- Cheque - na data da compensação;
- Adiantamento - depende de qual meio foi utilizado (conforme itens anteriores).

Legislação Referenciada

- Ajuste Sinief 1/2023
- Ajuste Sinief nº 2/2009
- Ato Cotepe/ICMS nº 44/2018
- Convênio ICMS nº 142/2018
- Decreto nº 43.982/2022
- Ajuste Sinief nº 2/2009
- Ato Cotepe/ICMS nº 44/2018
- Lei Complementar nº 87/1996

**OBRIGADO PELA
PARTICIPAÇÃO
DE TODOS!**